

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO COM DEFICIÊNCIA MOTORA E COGNITIVA

Thalison Ferreira Ludvig*
Rodrigo José Madalóz

Resumo: a pesquisa qualitativa seguiu um estilo investigativo pautado em um estudo de caso que buscou compreender os motivos que levam a não participação de uma aluna com deficiência motora e cognitiva nas aulas de Educação Física em uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública na região das Missões. Foram observadas oito aulas de Educação Física da turma, com duração de cinquenta minutos cada, sendo dois períodos, uma vez por semana. Destas, seis aulas para a pauta de observação, onde as informações foram registradas em um diário de campo e posteriormente, as outras duas aulas para entrevistas com roteiro pré-estabelecido a aluna com deficiência, a professora do AEE, professor de Educação Física e Supervisão Escolar. Os dados foram analisados a partir de duas categorias: a) Aluna deficiente, a inclusão e a acessibilidade e b) A aluna deficiente e as aulas de Educação Física. A partir das informações coletadas observou-se que a aluna com deficiência não participa juntamente com seus colegas de turma das aulas de Educação Física todavia a mesma desenvolve atividades junto a sala do AEE. Sendo assim, podemos afirmar que não está ocorrendo a inclusão nas aulas de Educação Física.

Palavras-chaves: Inclusão. Educação Física. Deficiência Motora. Deficiência Cognitiva.

À guisa de introdução

O termo inclusão teve sua origem na palavra inglesa *full inclusion* e trata-se de um paradigma que recomenda a educação para todos os seres humanos em classes e escolas regulares, com o intuito de incluí-los em todos os aspectos da vida, neste caso, em especial, o educacional (STAINBACK E STAINBACK, 1992). A Convenção de Direitos da Criança em 1988, a Declaração sobre Educação para Todos de 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994 foram marcos importantes para o processo de consolidação deste paradigma graças aos movimentos de direitos humanos surgidos a partir das décadas de 60 e 70.

* Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus de Santo Ângelo/RS – rodrigojose.madaloz@bol.com.br

Anterior a este período, conforme descreve Soler (2005) o paradigma utilizado era o da integração, onde apenas eram aceitas as deficiências mais adaptáveis às classes comuns, não havia modificação no sistema, pois a escola continuava da mesma forma que sempre se apresentou. Os (as) alunos (as) precisavam se adaptar ao sistema escolar. Ocorria uma inserção parcial e condicional, onde as pessoas com deficiência se preparavam em escolas ou classes especiais para estar em uma escola ou classe regular.

Em contrapartida, a inclusão ocorre de fato quando há uma adaptação do sistema educacional às deficiências dos (as) alunos (as). A inclusão propõe um grande e único sistema educacional de qualidade para todos, sem exceção, com deficiência ou não, onde as mudanças vêm a beneficiar toda e qualquer pessoa, visando a inserção total e incondicional, com a sociedade se adaptando e se tornando mais aberta a necessidade de todos, buscando valorizar a individualidade das pessoas com deficiência.

A inclusão é, portanto, um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. Ela está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. No entanto, inserir alunos com *déficits* de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação, como assegura a Constituição Federal de 1988.

Diante do exposto, este estudo surgiu a partir de uma situação real onde a criança investigada é totalmente dependente de terceiros para as questões de mobilidade e acessibilidade. Nesse ímpeto de investigar o porquê da não prática de atividades nas aulas de Educação Física, surge a questão da formação e preparação dos professores para oferecer um ensino de qualidade às crianças com deficiência tanto cognitiva, quanto motora.

Segundo Dias (2012), a Organização Mundial da Saúde (OMS) CID 10, a deficiência cognitiva pode ser caracterizada como “[...] uma condição de desenvolvimento interrompido ou incompleto da mente [...] manifestadas durante o período de desenvolvimento, as quais contribuem para o nível de desenvolvimento global de inteligência, isto é, aptidões cognitivas, de linguagens, motora e sociais” (OMS, 1993, p.221).

Segundo o decreto 5.296, a deficiência motora é caracterizada como uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Ainda a deficiência física pode apresentar-se sob as

seguintes formas: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto das deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para desempenho de funções.

O objetivo principal deste estudo é compreender os motivos que levam a não participação de uma aluna deficiente nas aulas de Educação Física Escolar dos Anos Finais do Ensino Fundamental de uma escola pública, considerando os aspectos estruturais, relacionais e didático-pedagógicos do processo educativo. É importante destacar que a Educação Física no ambiente escolar vem historicamente atendendo a objetivos diversos, ora se constituindo numa prática tradicional e excludente, ora numa prática preocupada com a inclusão de todos nas atividades pedagógicas. Para atender a estes objetivos educacionais propostos pela sociedade, no sentido de oferecer ‘educação para todos’, a Educação Física tem realizado uma reflexão em torno da problemática da ‘educação inclusiva’, por meio de debates, produções científicas, propostas pedagógicas. Entretanto, há um caminho longo a ser percorrido para que o ideal de uma Educação Física inclusiva se concretize no interior de nossas escolas (BRACHT, 1999).

A inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares tem ocorrido por meio de amparo legal e com a responsabilidade social de não negligenciar a educação para essas pessoas de maneira adaptada. O planejamento do programa de Educação Física nas escolas inclusivas, adequado ao projeto político-pedagógico, precisa ocorrer respeitando os princípios do desenvolvimento humano (SHAFFER, 2005) e as características próprias das pessoas com deficiência (GIMENEZ, 2005).

Outro aspecto necessário a esta discussão diz respeito à docência dos profissionais de Educação Física. No estudo realizado por Carmo (2001), os professores de Educação Física de escolas inclusivas preferiam fazer arranjos, adaptações e improvisos nos conhecimentos existentes do que pesquisarem novos conhecimentos, atividades motoras e principalmente formas específicas de abordagem dos alunos com deficiência. De fato, é necessário que o professor realize adaptações nos recursos físicos, materiais e nele próprio, amparadas em conhecimentos científicos, a fim de possuir as condições necessárias para trabalhar neste contexto.

Segundo Sato, Cardoso e Tolocka (2002) a formação de professores de Educação Física é muito importante para o processo de inclusão de deficientes, porém há a necessidade da reformulação ou adaptação curricular para uma melhor formação. Cruz e Ferreira (2005) ainda acrescentam que esta formação precisa preparar os professores para atender as necessidades específicas de alunos deficientes, em contextos complexos e dinâmicos, como por exemplo, uma quadra no horário de Educação Física.

O texto buscará compreender os motivos que levam a não participação de uma criança deficiente nas aulas de Educação Física Escolar, bem como refletir sobre os diferentes fatores que interferem nesse processo, associando o componente curricular Educação Física com os princípios de respeito às diferenças humanas permitindo assim, a participação de todos (as) os (as) alunos (as) nas aulas, levando em consideração as vivências práticas da aluna com deficiência, o Professor de Educação Física da turma, Professora da Supervisão Escolar e Professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

1 Decisões metodológicas

1.1 Caracterização dos participantes

A pesquisa foi desenvolvida em uma turma regular do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública na região das Missões, com uma participante do gênero feminino cuja identidade será preservada e por questões éticas, nominada de Estrela. Estrela é uma menina que apresenta deficiência motora e cognitiva, tem onze anos de idade, matriculada há seis anos na escola, locomove-se através de cadeira de rodas na maior parte do tempo, todavia desloca-se com dificuldades apoiando-se em mesas, paredes, entre outros. Necessita do auxílio de colegas e professores para se locomover no espaço escolar. Em alguns momentos realizava breves caminhadas na sala do AEE e na supervisão, onde era um ambiente mais calmo e havia locais para apoiar-se.

Quanto à mobilidade, Estrela apresenta dificuldades motoras, utiliza passos curtos e descoordenados, ora movimenta-se de forma rápida e ora lenta, apresenta má postura ocasionada por joelhos em geno valgo, sua estatura é condizente com a idade cronológica. Apresenta dificuldade em manter a cabeça ereta caracterizando hipotonia. Utiliza-se da comunicação

verbal, apresenta um semblante de alegria, prestava atenção nas conversas paralelas, dispersava-se facilmente, escrevia pausadamente com letra de forma, com dificuldade de compreender e interpretar frases, textos, números e a própria escrita.

Participaram também, uma professora do AEE, um professor de Educação Física, uma professora do Setor de Supervisão Escolar.

1.2 Caracterização da pesquisa

Para a investigação, foi utilizada uma metodologia de natureza qualitativa, pois como afirma Sandín Esteban, pesquisa qualitativa é “uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado e conhecimentos” (2010, p.127).

A abordagem qualitativa através da reflexão e do estudo do fenômeno propriamente dito buscou explorar as questões que envolveram o movimento, as perspectivas e as experiências da pessoa pesquisada, buscando conduzir uma investigação da maneira como o sujeito interpreta e realiza sua realidade subjetiva. Essa pesquisa refere-se a sobre a vida das pessoas, histórias, comportamentos e também ao funcionamento organizativo, aos movimentos sociais ou as relações e interações (SANDÍN ESTEBAN, 2010).

Enquadra-se estudo de caso pois constitui um método de pesquisa para a análise de realidade social. Ele envolve um processo de indagar, caracterizado pelo exame detalhado, abrangente, sistemático e em profundidade do caso objeto de estudo. O estudo de caso se caracteriza pela centralidade de uma situação, um evento, um programa ou um fenômeno em particular. Nesta pesquisa, tratou-se de um estudo de caso descritivo pois buscou-se compreender a realidade social e educativa da participante. É importante porque esse tipo de estudo revela questões sobre fenômeno e o que ele pode representar. Tal especificidade o torna capacitado para investigações que envolvem problemas práticos, questões, situações ou acontecimentos que surgem na vida diária. (SANDÍN ESTEBAN, 2010).

Para obter as informações utilizou-se o diário de campo, onde foram anotadas as aulas assistidas pelo pesquisador tendo como referência uma pauta de observação com o seguinte roteiro: ritmo das ações da criança; como realizava seus movimentos; interação com os pares,

com os objetos, como observava o que ocorria no entorno; variação de atividades; se transitava por diferentes espaços; como utilizava os objetos; com quem e como se relacionava; necessidade de outras pessoas para realizar as atividades; expressão de prazer em realizar as atividades. Foi utilizada também uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas para a aluna deficiente, professora do AEE, professor de Educação Física e professora da Supervisão Escolar, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas. Segundo Thomas e Nelson (2002), muitos componentes são envolvidos na coleta de dados para pesquisa qualitativa, da mesma forma que na pesquisa quantitativa. Além disso, necessita-se ter acesso ao ambiente de campo e tornar-se o menos intrusivo possível em sua coleta de dados.

As aulas de Educação Física tiveram duração de 50 minutos cada período, em um total de dois períodos semanalmente, nas quintas-feiras. O espaço utilizado foi a sala do AEE onde a professora responsável por este setor conduzia Estrela (nome fictício utilizado para resguardar a identidade da participante). Neste local desenvolvia-se exercícios de leitura, escrita e matemática, com também jogos de raciocínio lógico como: quebra-cabeça, dominó e jogo da memória.

Foram utilizadas oito aulas de Educação Física no intuito de compreender a participação de Estrela nas atividades. Destas, seis aulas foram utilizadas para observação, onde as informações foram registradas em um diário de campo seguindo os critérios da pauta de observação. Nas outras duas aulas de Educação Física da turma, uma foi utilizada para a entrevista com Estrela e a outra para entrevista com o Professor de Educação Física, para a Professora do AEE e para a Professora da Supervisão Escolar. Para a entrevista com a Professora do AEE foi solicitado ao setor de Supervisão Escolar que a aluna Estrela fosse conduzida até este local, sendo próximo a sala do AEE. Após a entrevista com a Professora do AEE na sala de recursos, a aluna Estrela retornou para este local, para finalizar suas atividades. Posteriormente a entrevista foi realizada com a Professora Supervisora, no setor de Supervisão Escolar, e em seguida com o Professor de Educação Física na sala dos materiais de Educação Física.

A coleta de informações foi realizada em datas e horários marcados com os entrevistados (as), sendo sigiloso e restrito somente entre pesquisador e entrevistados (as). O equipamento utilizado para gravar foi um celular marca Samsung, Modelo Galaxy e após a gravação houve a transcrição das mesmas.

1.3 Compreensão das informações

A partir da leitura da pauta de observação, da análise do conteúdo das entrevistas possibilitou-se a construção de categorias, pois, utilizou-se de dados descritivos. A primeira: a) A aluna deficiente, a inclusão e a acessibilidade que discute as relações entre a aluna deficiente e os aspectos estruturais (humanos e físicos); a segunda: b) A aluna deficiente e as aulas de Educação Física que discute as relações entre a aluna deficiente e as aulas de Educação Física.

Em seguida, serão apresentadas as categorias de análise desenvolvidas a partir dos instrumentos utilizados.

2 Estrela, a inclusão e a acessibilidade

Esta categoria engloba as relações entre a aluna deficiente e os aspectos estruturais (humanos e físicos) e como favoreceu ou não a inclusão, trazendo falas significativas de Estrela e como esta percebe essa relação.

Na entrevista, quando questionada sobre como vê e sente o seu cotidiano na escola e no que a esta deve se adaptar para lhe acolher Estrela relata: ‘assim as vez, assim como as vez eles vão pra lá né as, as vez eles saem vão na biblioteca daí eles me traguem pra cá’. Segundo Gorgatti (2009), o acesso de jovens com deficiência ao ensino regular, percebe-se que muitos ainda são dispensados das aulas de Educação Física, ou então participam, porém sem atuação efetiva. Percebeu-se através da observação e do registro no diário de campo que a escola está se adaptando no que diz respeito a acessibilidade, pois a sala de aula de Estrela localiza-se no mesmo prédio, onde fica próxima a sala do AEE, prédio administrativo e próximo do banheiro adaptado, porém, alguns locais da escola ainda são de difícil acesso, como a biblioteca, auditório, laboratório de informática, ciências e refeitório, onde precisa do auxílio e disponibilidade de colegas e professores para ter acesso, faltam rampas de acesso a esses locais.

Estrela relatou sua necessidade para se locomover nas dependências da escola, que precisa ‘mudar tipo as escadas bota rampa’. A acessibilidade, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004), por meio da norma NRB 9050, define como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos. A mesma

norma define o termo acessível como espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.

Nas seis aulas observadas, a professora do AEE buscava Estrela em sua sala de aula e a conduzia até sala do AEE, onde a mesma realizava exercícios de leitura, escrita e matemática, também jogos de raciocínio lógico como: quebra-cabeça, dominó e jogo da memória. Notou-se um ótimo relacionamento entre aluna e a professora do AEE, a qual menciona: ‘incluir é ter um olhar diferenciado, que se resume nessas palavras. Ter esse olhar diferenciado não somente para respeitar as diferenças, aceitar, mas fazer algo para tirar uma ação que ela se sinta inclusa’. Percebeu-se que as atividades são realizadas de forma lenta e com poucos movimentos sendo que consegue realizar com apoio caminhadas de curta distância apresentando dificuldades na passada e coordenação de membros, como também apresenta dificuldade no manuseio de objetos, principalmente objetos menores.

Na questão da acessibilidade a professora do AEE relata que: ‘a escola está se adaptando aos alunos, é uma escola voltada para área agrícola onde não é fácil, faz dois anos que trabalho na sala do AEE aqui nessa escola, e em alguns lugares ela oferece já rampas mas falta em bastante lugares, alguns banheiros são adaptados, o prédio onde funciona a sala do AEE, ele já é acessível a escola já tem um começo de acessibilidade mas ainda precisa melhorar bastante’.

Estrela transita por todos os locais da sala, onde está pré-determinado o local de estudo e de jogos, possui maior percepção no que diz respeito ao com o que ocorre ao seu entorno, mas necessitando da ajuda de outras pessoas para a realização das diversas atividades, sempre expressando prazer nas atividades que lhe são propostas.

A turma na qual Estrela está inserida possui um professor de Educação Física específico, ao ser questionado sobre o que entende por inclusão este respondeu que ‘a inclusão na educação física a princípio que a gente percebe tá bastante distante do que deveria ser, eu acredito que a gente mesmo deixa a desejar, pois todo Professor deveria ter um olhar diferenciado da situação mas acaba às vezes afastando o aluno não por maldade mas sim por querer dar atenção para os outros alunos e deixando fora o aluno com algum problema’. Com isso, percebe-se o despreparo, a falta de orientação diante da questão de acessibilidade e inclusão.

Nesse sentido, Gorgatti (2009) aponta que há

a falta de preparo dos professores de Educação Física e esporte para lidar com jovens com deficiência, de escassez de espaço acessíveis e de carência de informações por parte dos pais e dos próprios jovens para sua real potencialidade” (p.223). Em contrapartida, a autora constata que “atribuir a culpa desse fato apenas ao professor é uma visão simplista, o que não traduz a realidade. Na verdade, mais do que superar barreiras arquitetônicas, é preciso que, por meio de informações (p.224).

Notou-se o despreparo do professor de Educação Física, a falta de iniciativa na busca de adaptações e alternativas para que Estrela fosse incluída nas aulas de Educação Física, juntamente com colegas de sua turma, pois a mesma é conduzida nestes períodos para a sala do AEE, como também percebeu-se uma grande dificuldade na acessibilidade até o ginásio da escola, porém as rampas que dão acesso a este local são distantes e não possui cobertura, o que dificulta mais ainda o acesso em dias chuvosos.

Para Soares (2012), os educadores alegam não saber o que fazer com o aluno que apresentam dificuldade, indagam sobre como ensinar a quem pressupostamente não aprende, não fala, não vê, não ouve, não se move, não desenha, não brinca, não age de forma que aprendemos a reconhecer como normal, típica, adequada, da forma que institui-se na escola como indicadora de aprendizado e de desenvolvimento.

Em relação a supervisão escolar, segundo a professora da supervisão: ‘A ideia de inclusão parte do princípio de que todos são diferentes, a escola está se adequando as diversas condições de acessibilidade, porém há muitos pontos a serem melhorados, como construção de mais rampas e equipamentos. Por mais que a lei exista, por ser uma escola pública, há poucos recursos para serem empregados. Também, precisamos de mais formações para os professores, voltadas a inclusão escolar’.

Segundo Soares (2015), a abordagem da questão da formação do professor da escola regular tendo em vista a inclusão escolar de alunos com deficiência também é vaga, imprecisa e reflete, uma indefinição quanto às necessidades de formação, mesmo quando é assumida uma perspectiva generalista.

Observou-se que Estrela frequenta também a sala da supervisão escolar onde a mesma muitas vezes é conduzida até este setor para o lanche do intervalo, como também no término da aula conduzem a mesma até o transporte especial cedido pela Secretaria de Educação do Município. Verificou-se que a partir da falta de verbas, a escola ainda não está totalmente adaptada, porém há uma preocupação em melhorar essa situação visto que há mais alunos com

deficiência na escola. Quanto a inclusão constatou-se que a escola possibilita cursos de formação, mas que ainda necessita-se uma maior qualificação para professores e equipe diretiva.

3 Estrela e as aulas de educação física

Esta categoria anuncia a relação de Estrela com as aulas de Educação Física e o processo de inclusão. Durante as seis aulas observadas, em todas elas Estrela era conduzida a sala do AEE, pela professora do AEE, onde a mesma realizava exercícios de leitura, escrita e matemática, também jogos de raciocínio lógico como: quebra-cabeça, dominó e jogo da memória, essa era a aula de Educação Física, pois os demais colegas eram conduzidos até o ginásio pelo professor de Educação Física

Quando questionada, sobre sua participação nas aulas de Educação Física, Estrela disse que nunca participou com a turma: ‘não, porque não tem coisa pra mim faz tipo assim’. Para Gorgatti (2009), crianças e adolescentes são desencorajadas na maior parte das vezes para a prática de atividades físicas devido a falta de informações e preparo dos professores.

Considerando que o ginásio é longe e de difícil acesso, por isso a aluna é levada para a sala do AEE, onde também se utilizou deste momento o horário destinado a ela para o atendimento especializado, Estrela demonstrou desejo de participar das aulas de Educação Física com a sua turma como relata: ‘botar umas atividades que o deficiente podiam fazer, ajuda, participa também. Porque todo mundo participa todo mundo da sala participa todo mundo pode brincar pode fazer, escolher uma brincadeira para brincar’. No entanto não foram oferecidas oportunidades a Estrela para realizar atividades de Educação Física Adaptada, para que a mesma tivesse convívio com a sua turma, excluindo a chance de aprendizado e participação efetiva.

Ao ser questionada sobre a inclusão nas aulas de Educação Física, a professora do AEE relata que ‘ela precisa do que fazer e um olhar diferenciado em que adaptar as atividades para que aquela aluna se sinta bem se sinta na verdade incluído’. Segundo Santos (2012), podemos supor que a ampliação da convivência e a circulação de pessoas com deficiência, no cotidiano, sobretudo, com a entrada de alunos incluídos na sala de aula regular, oportuniza sua participação na comunidade, na escola e no trabalho. Então, não se trata apenas de colocar junto o (a) aluno (a) com deficiência, mas garantir o acesso ao conhecimento dentro das possibilidades de cada um.

Ao questionar o professor de Educação Física sobre a inclusão nas aulas de Educação Física, relata: ‘sobre inclusão, acredito que a gente mesmo deixa a desejar pois todo professor deveria ter um olhar diferenciado da situação e acaba às vezes afastando o aluno não por maldade, mas sim por querer dar atenção para os outros alunos e deixando fora o aluno com algum problema’. Quando questionado sobre os motivos, relatou que ‘você acaba envolvido com os outros alunos e acaba deixando de lado os outros alunos com deficiência, não que estes outros alunos não seriam capazes de realizar algo, mas acabam se acomodando com os próprios colegas que às vezes não querem entender que aquele aluno tem que praticar aquela atividade e que às vezes não gosta de praticar com aquele aluno por questão de ganhar ou perder uma atividades, então são vários fatores que influenciam’.

Para Gorgatti (2009) é necessário para uma inclusão, que o professor promova programas com qualidade e segurança, onde conheça as características de cada deficiência, assim consiga perceber as potencialidades diferenciadas de cada ser. Exige-se uma série de mudanças metodológicas e organizacionais na escola como um todo para estar apta a acolher toda e qual quer tipo de alunos (as) com deficiências.

Em relação à Supervisão Escolar, segundo a professora: ‘nas aulas de Educação Física os alunos com deficiência não participam com os demais, um dos motivos é a falta de acessibilidade possíveis estratégias que os professores de Educação Física deveriam ter. Visto que nas reuniões de área a professora do AEE participa juntamente com os demais professores buscando alternativas de inclusão para os alunos com deficiência, mas ainda não é possível dizermos que isso está acontecendo plenamente’. Então, percebe-se a necessidade de um envolvimento maior de todo educandário para que se possa obter resultados mais significativos.

Considerações transitórias

Diante de tais compreensões, pode-se considerar que a inclusão não está ocorrendo nas aulas de Educação Física neste caso em particular, levando em consideração que Estrela, não participou de nenhuma aula juntamente com sua turma, pois enquanto os demais alunos realizavam as aulas de Educação Física no ginásio, Estrela era conduzida a sala do AEE com o auxílio de uma Educadora Especial para realização das atividades.

A prática das aulas de Educação Física vem a ser de suma importância para Estrela em virtude de suas deficiências, onde participar das atividades corporais poderia estar potencializando capacidades que esta deficiente apresenta. Por meio da prática de atividades físicas Estrela estaria vivenciando diferentes experiências motoras ampliando assim seu repertório motor, melhorando a condição cardiovascular, elevando sua autoestima, tornando-a mais autônoma e participativa. Destaca-se a importância da formação dos (as) professores (as) na busca de estratégias pedagógicas e metodológicas que venham atender eficazmente alunos (as) com deficiência, os quais possam realizar as diversas atividades juntamente com seus colegas, como a práticas de esportes adaptados.

Apesar das tentativas de se mudar a situação vivida pelos deficientes, ainda falta muito para que se promova um processo de inclusão social, não apenas dos deficientes, mas de todas as pessoas que constituem o universo dos excluídos da sociedade ou da escola. A falta de reconhecimento, ou o reconhecimento que desqualifica e desvaloriza, tem exigido dessas pessoas posicionamentos políticos claros e fortes de enfrentamento, porém esses nem sempre tem resultado em ações dinamizadoras da transformação social (SANTOS, 2012).

Referências

ABNT. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. NBR 9050. (2004)

BRACHT, V. *A constituição das teorias pedagógicas da educação física*. Caderno cedes, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, DF, Congresso Nacional, 1988.

CARMO, A. *A Inclusão escolar e educação física: que movimentos são estes?* Simpósio Internacional Dança em Cadeira de Rodas. Campinas. Unicamp. 2001.

CRUZ, G. C.; FERREIRA, J. R. *Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo*. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 19, n. 2, p. 163-180, 2005.

DECRETO nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 15 de novembro de 2016.

DIAS, S.S; OLIVEIRA, M.C.S.L.; Inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual: linguagem e construção de sentidos. In: BRANCO, A. M. C. U. A.; OLIVEIRA, M. C. S. L. *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

GIMENEZ, R.; MANOEL, E. J.; OLIVEIRA, D. L.; BASSO, L. *Combinações de padrões fundamentais de movimento: crianças normais, adultos normais e adultos com Síndrome de Down*. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 18, n. 1, p. 101-116, 2005.

GORGATTI, M. G.; Atividades Físicas e Esportivas para Crianças e Adolescentes com Deficiência. In: DANTE, R. J. *Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SATO, C.; CARDOSO, A. M.; TOLOCKA, R.E. A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas regulares: Receio ou Coragem? In: VENÂNCIO, S.; AUGUSTO, D. I. L. S. *Pedagogia do movimento: coletânea de textos*. Campinas: Unicamp – FEF/DEM, 2002.

SANDÍN ESTEBAN, M. P. *Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições*. Porto Alegre: AMGH, 2010.

SANTOS, P. F.; SOUZA, M. A.; BARBATO, S. B. A inclusão escolar e social de sujeitos com deficiência motora na fala de jovens adultos. In: BRANCO, A. M. C. U. A.; OLIVEIRA, M. C. S. L. *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SHAFFER, D. R. *Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SOARES, M. A. L.; CARVALHO, M. F. *O professor e o aluno com deficiência*. São Paulo: Cortez, 2012.

SOLER, R. *Educação Física Inclusiva na Escola em Busca de uma Escola Plural*. Rio de Janeiro; Sprint, 2005.

STAINBACK, S. E STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1992.

THOMAS, J.; R. NELSON, Jack K. *Métodos de Pesquisa em Atividade Física*. Porto Alegre: Artmed, 2002.